



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

REGINA MARIA COSTA DOS SANTOS

ENTRE A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS: Um estudo
da escola unidade integrada José Nogueira da Comunidade São Manoel,
Lago do Junco - MA

BACABAL - MA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

REGINA MARIA COSTA DOS SANTOS

ENTRE A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS: Um estudo da escola unidade integrada José Nogueira da Comunidade São Manoel, Lago do Junco - MA

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador(a): Profa. Dra. Aline Aparecida Ângelo

BACABAL
2022



FOLHA DE APROVAÇÃO

REGINA MARIA COSTA DOS SANTOS

ENTRE A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS: Um estudo da escola unidade integrada José Nogueira da Comunidade São Manoel, Lago do Junco - MA

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao Departamento da Coordenação de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Aprovado em 21 de Dezembro 2022.

Banca examinadora

Prof.º Dra. Aline Aparecida Ângelo (UFSJ/DECED)

Prof.º Dra. Ana Paula Ribeiro De Sousa (UFMA/CCEL)

Prof.º Ma. Grace Kelly Silva Sobral Souza (UFMA/CCEL)



SANTOS, Regina Maria C.

ENTRE A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS:
Um estudo da escola unidade integrada José Nogueira da Comunidade
São Manoel, Lago do Junco – MA / Regina Maria Costa dos Santos –
Bacabal – MA, 2022. 62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Graduação em Licenciatura
em Educação do Campo). Centro de Ciências, Educação e Linguagens.
Universidade Federal do Maranhão. 2022.

Orientado (a): Prof.º Dra. Aline Aparecida Ângelo



Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, posteriormente a minha família por estarem sempre me incentivando a buscar os meus sonhos e objetivos, e também todos aqueles que sempre estavam do meu lado.



AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a Deus por estar sempre iluminando o meu caminho e me dando força para encarar os obstáculos da vida, pois Ele é minha grande força de todos os dias. Posteriormente a minha família, por estar sempre me auxiliando e pela dedicação que tem comigo até hoje.

Agradeço à minha Orientadora que sempre esteve do meu lado me auxiliando e dando força para continuar, pois não foi fácil a caminhada até aqui. Em seguida ao meu noivo e amigo que me incentivou todos os dias a nunca desistir, que sempre esteve ao meu lado.

A todos que me ajudaram neste trabalho, em especial aos moradores da minha comunidade, e a direção da escola Unidade Integrada José Nogueira, assim como a direção da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele – EFAF que foram os meus colaboradores mais importantes no mesmo.



RESUMO

Este trabalho faz uma análise sobre uma escola do campo, situada na comunidade São Manoel, município de Lago do Junco – MA, no que tange às lutas, desafios e conquistas para sua existência e transformação. A escola Unidade Integrada José Nogueira, passou pela iminência de fechamento de turmas, assim como de perda de alunos, que foram transferidos para Escola Família Agrícola Antônio Fontenele – EFAP. Esse contexto provocou nosso interesse de pesquisa. Objetivamos analisar os fatores que influenciaram na proposta de fechamento da escola, de transferência de alunos para a EFA e os processos de renovação na gestão da escola. A pesquisa, de caráter qualitativo, realizou análise de documentos, pesquisa bibliográfica e entrevistas com moradores da comunidade, com pais de alunos, com a gestão da escola Unidade Integrada José Nogueira e com a gestão da EFAP. Realizamos, também, um levantamento sobre o processo de luta pela terra e pela escola, na comunidade São Manoel. Como resultados desse estudo, concluímos que o fechamento das turmas aconteceu sustentado pelo discurso da antiga gestão municipal e da escola do número insuficiente de alunos da comunidade para manutenção de turmas ativas. Outro fato que concluímos foi que a presença de egressos da Licenciatura em Educação do Campo na escola está influenciando na melhoria da escola Unidade Integrada José Nogueira.

Palavras chaves: Educação do Campo; Escola do Campo, gestão democrática, transformação da escola.



ABSTRACT

This work analyzes a rural school, located in the São Manoel community, in the municipality of Lago do Junco - MA, regarding the struggles, challenges and achievements for its existence and transformation. The Unidade Integrada José Nogueira school, experienced the imminence of closing classes, as well as the loss of students, who were transferred to the Antônio Fontenele Family Agricultural School – EFAF. This context provoked our research interest. We aimed to analyze the factors that influenced the proposed closure of the school, the transfer of students to EFAF and the renewal processes in school management. The qualitative research carried out document analysis, bibliographical research and interviews with residents of the community, with parents of students, with the management of the Integrated Unit José Nogueira school and with the management of EFAF. We also carried out a survey on the struggle for land and for schools in the São Manoel community. As a result of this study, we conclude that the closure of classes was supported by the speech of the former municipal management and the school of the insufficient number of students in the community to maintain active classes. Another fact that we concluded was that the presence of alumnae from the Undergraduate Rural Education in the school is influencing the improvement of the Unidade Integrada José Nogueira school.

Palavras chaves: Rural Education; Rural School; Democratic Management; School Transformation



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Apresentação dos nomes das pessoas que fizeram parte da pesquisa.....14



LISTA DE SIGLAS

LEDOC	Licenciatura em Educação do Campo
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
EFA	Escola Família Agrícola
EFAF	Escola Família Agrícola Antonio Fontenele
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PT	Partido dos Trabalhadores
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PPP	Projeto Político Pedagógico
ENERA	Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
MEB	Movimento de Educação de Base
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
ACARES	Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
Pe.	Padre
UDR	União Democrática Ruralista
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ACR	Associação Cristã no Meio Rural
PM	Polícia Militar
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
COPPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco
EJA	Educação de Jovens Adultos



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO	26
3. O SURGIMENTO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL E SEU TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS	32
4. ENTRE A ESCOLAR QUE TEMOS E A ESCOLAR QUE QUEREMOS: UM DILEMA PARA A ESCOLAR UNIDADE INTEGRADA JOSÉ NOGUEIRA, NA COMUNIDADE SÃO MANOEL, LAGO DO JUNCO - MA	37
4.1 História de lutas da comunidade São Manoel	37
4.2 A conquista da escolar Unidade Integrada José Nogueira na comunidade São Manoel	43
4.3 Os embates entre projetos de escolas e a busca pela transformação da escolar pública	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa	60

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre a escola do campo - a Escola Municipal Unidade Integrada José Nogueira, em que busco analisar e compreender as motivações que levaram alunos desta a migrarem para a Escola Família Agrícola; investigar quais são as representações sobre a qualidade da escola municipal e da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele – EFAF pelos moradores da comunidade São Manoel; e investigar o processo de transição da gestão da escola municipal em questão.

O interesse de realizar este estudo nasceu a partir do momento em que percebi que a escola da comunidade corria o risco de encerrar as séries finais do ensino fundamental. Essa foi a minha principal preocupação que depois veio a se tornar uma questão de pesquisa, pois a antiga direção da escola Unidade Integrada José Nogueira afirmava que esse fechamento se devia ao processo de transferência de alunos da comunidade para a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele – EFAF, também localizada na comunidade. A direção responsabilizava os pais e a comunidade, pois com o processo de transferência, alegava que a escola municipal ficava com uma pequena quantidade de alunos, o que comprometia seu funcionamento.

Com esse problema que estava enfrentando e que conseqüentemente foi discutido pela comunidade, nasceu meu desejo de realizar uma pesquisa que buscasse entender quais eram as verdadeiras causas do risco do fechamento dos anos finais do ensino fundamental da escola municipal.

Este trabalho começou no final do ano de 2019, com a escrita de um projeto acadêmico, no qual comecei a investigar quais eram os fatores que estavam à frente desse problema. Na iniciativa da pesquisa, a escola ainda trabalhava com uma antiga gestão, que foi atribuída a esse cargo de confiança pelo prefeito da época. A antiga direção juntamente da coordenadora que também fazia parte dessa gestão, levaram até a comunidade a questão de que a escola da comunidade não poderia funcionar normalmente com os anos finais do ensino fundamental pelo número insuficiente de alunos para manter a turma.

Alegaram junto a isso o fato de alguns pais fazerem a transferência de escolas. Na época isso gerou alguns conflitos pacíficos na própria comunidade. É importante ressaltar que ambas as escolas foram uma conquista dos moradores do lugar. Para que isso não gerasse problemas mais perturbadores, a população, junto da gestão escolar, organizaram uma reunião que solucionasse essa questão, com o objetivo de manter ativos os anos finais do ensino fundamental, reunião essa que contou com a presença do secretário de educação da época. Em meio a isso, a escola da comunidade manteve as séries finais ativas até o final da antiga gestão.

O ano de 2020 foi um ano de eleição municipal, e com a vitória da atual prefeita Edina Fontes (PT) sobre seu adversário Enoc Lopes (PCdoB), houve mudanças na gestão da escola. Esta fez uma reunião e indicou outro nome para assumir a gestão da escola, que foi aceito pela prefeita que confiou-lhe esse cargo de confiança. Diante disso, minha pesquisa passou por outros desdobramentos, pois acompanhar o processo de transição da gestão e as mudanças implementadas também tornou-se parte da pesquisa, além de acompanhar os desafios para a manutenção dos anos finais do ensino fundamental.

Todavia, quando aconteceu a mudança de gestão escolar, houve também uma mudança na minha forma de pensar sobre a questão da migração de alunos de uma escola para a outra. O estudo foi mostrando que não se tratava apenas de um esvaziamento de uma escola por outra, mas havia outras questões em torno dessa problemática de fechamento de turmas.

Em termos metodológicos, realizamos uma pesquisa qualitativa, que realizou estudos bibliográficos, a fim de problematizar a escola capitalista e anunciar a Educação do Campo como um movimento capaz de nos dar os fundamentos para a transformação da escola no campo. Como técnicas para obtenção de dados, utilizei observações participantes, estudo documental e entrevistas semi-estruturadas. A observação participante, a qual eu, como moradora da comunidade, pude realizar algumas observações tanto na escola como dialogando com alguns dos moradores da comunidade, para assim compreender o que os mesmos tinham a dizer a respeito da escola. Nesta

parte, minha participação se manifestou eficiente por ser uma moradora da comunidade e ex-estudante da escola Unidade Integrada José Nogueira.

O documento consultado para análise da história da comunidade foi o projeto feito pelos alunos da Educação do Campo “A LUTA PELA APROPRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO: A comunidade São Manoel em busca de desenvolvimento e igualdade social”. Este projeto é um documento construído pelo discentes Eulenicé Sousa de Jesus, Rafael Lima Nascimento, Regina Maria Costa dos Santos e Ronilda da Silva Soares e o Projeto-Político-Pedagógico (PPP) da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele – EFA, para compreender como essa Pedagogia da Alternância chegou até no Maranhão e veio para Lago do Junco.

Para este trabalho, foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com familiares que têm seus filhos matriculados ou não na escola do município Unidade Integrada José Nogueira e com a própria gestão escolar, para que fosse possível analisar diferentes lugares de fala neste processo de pesquisa.

Foram entrevistadas três pessoas, duas mulheres e um homem, que são moradores de São Manoel, pais de alunos que transferiram seus filhos para outra escola porque na escola da comunidade não tinha mais ofertas dos anos finais do ensino fundamental.

Também foram entrevistados quatro moradores, destes quatro, duas mulheres e dois homens, que são pais de alunos que transferiram seus filhos para a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele, doravante EFAP, porque não havia os anos finais do ensino fundamental dois, ou porque assim buscaram uma outra alternativa de escolaridade para seus filhos.

Além dos moradores da comunidade e pais dos alunos, foram entrevistados a atual diretora da EFAP e o atual diretor da Unidade Integrada José Nogueira que fica também na comunidade São Manoel.

Quadro 1 – Apresentação dos nomes das pessoas que fizeram parte da pesquisa

Nome fictício	Vínculo parental	Escola em que matriculou o discente
Joaquim	Pai	Unidade Integrada Mestre Francisco Rodrigues Carneiro
Joana	Mãe/diretora	Escola Família Agrícola Antonio Fontenele – EFAF
Raimundo	Pai	Escola Família Agrícola Antonio Fontenele – EFAF
Francisco	Pai	Escola Família Agrícola Antonio Fontenele – EFAF
Raimunda	Avó	Escola Família Agrícola Antonio Fontenele – EFAF
Tereza	Mãe	Unidade Integrada Mestre Francisco Rodrigues Carneiro
Luciana	Mãe	Unidade Integrada Mestre Francisco Rodrigues Carneiro
José	Diretor	Unidade Integrada José Nogueira

1. POR UMA CRÍTICA A EDUCAÇÃO E A ESCOLA CAPITALISTA

Neste primeiro capítulo, problematizamos a escola capitalista, seus dilemas e tensões que esbarram em um projeto de educação e sociedade defendido pela classe trabalhadora. Em razão disso, esse capítulo tratará de fazer uma crítica a esse tipo de educação que está inserida em nossa realidade.

Para falarmos de educação nos dias atuais, precisamos contextualizar diversos aspectos, desde a concepção de educação, a forma de ensino e, conseqüentemente, as tendências pedagógicas que orientam metodologias e práticas abordadas pelas escolas em seu cotidiano. Nesse sentido, circundam na educação as chamadas pedagogias tradicionais, em que se destacam as tendências liberais (tradicional, renovadora progressiva, renovadora não diretiva “Escola Nova” e a tecnicista), e as pedagogias progressistas, das quais fazem parte: libertadora, libertária, “crítico-social dos conteúdos” ou “histórico-crítico”.

É interessante ressaltar que as tendências liberais se relacionam aos interesses econômicos do liberalismo e do neoliberalismo e tem como principal objetivo formar o estudante para seu papel social, de acordo com suas predisposições para atender aos interesses desse modelo econômico. A tendência tradicional forma sujeitos passivos na sociedade, ou seja, tem como figura primária o professor, que é o centro de tudo, dono de todo o saber e, o estudante, um receptor passivo, na qual apenas armazena o que é repassado em sala de aula. Trata-se de uma educação “bancária”, como bem denominou Paulo Freire.

Diferente dessa, a tendência renovadora progressiva caracteriza o estudante como um sujeito ativo e curioso. Por esta razão, centraliza o aluno, tendo como ideia que o discente aprende praticando e o docente é tido como a figura de facilitador. Também faz parte das tendências liberais a renovadora não diretiva (Escola Nova), que prioriza uma base teórica da psicologia, por meio das teorias do desenvolvimento da aprendizagem. Nesta, não são dadas

as devidas ênfases no aspecto social e cultural do aprendiz. A escola tem o objetivo de ser formadora de atitudes, conforme as bases cognitivas para o desenvolvimento da aprendizagem.

Na tendência tecnicista, que é bem parecida com a tradicional, o aluno é visto como depositário passivo dos conhecimentos, que devem ser aglomerados através de associações. O professor é visto como aquele que está ali para depositar os conhecimentos. Dentre esses aspectos que tornam ambas parecidas, existe algo que as difere como, por exemplo, a tecnicista que foca na produtividade, eficiência de processos, calcada nos valores neoliberais, enquanto a tradicional volta-se em educar para a inserção do sujeito na sociedade.

Já as pedagogias progressistas fazem parte de uma análise mais crítica em relação à sociedade capitalista, em que temos três tendências. A primeira é a libertadora, conhecida popularmente como pedagogia de Paulo Freire. Ela vincula a educação, à luta e também à organização de classe do oprimido. Uma característica dessa tendência é a discussão de temas sociais e políticos visando a conscientização dos sujeitos. As autoras Abreu et al. (2003), acrescentam a esta tendência algumas manifestações de suas práticas pedagógicas escolares no Brasil, que são o antiautoritarismo e autogestão, princípios fundamentais da proposta pedagógica anarquista (que abrange várias correntes: libertários, psicanalistas e sociólogos). As mesmas ainda adicionam alguns pressupostos teóricos desta tendência, que são o questionamento da ordem social existente, a preocupação com a educação política dos indivíduos e com o desenvolvimento de pessoas mais livres e a profunda ligação entre educação e os planos de mudança social.

A segunda tendência é a libertária. Por que esse nome? Essa surge e se inspira na liberdade absoluta, ou seja, parte do pressuposto de que somente o que é vivido pelo educando é incorporado e utilizado em situações novas. Tem origem nas ideias anarquistas, tendo como referência autores como Francisco Ferrer y Guardia. Para essa tendência, o professor será como um conselheiro à disposição do aluno, em outras palavras, isso implica dizer que o docente sempre estará disponível para o que o estudante precisar.

Por último, temos a terceira tendência, que é a “Crítico-Social dos Conteúdos” ou “histórico-crítica”. Essa tendência, segundo as autoras Abreu et al. (2003), foi marco teórico no ano de 1979, e ainda afirmam que a prática pedagógica propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando a transformação da sociedade (ação-compreensão-ação), onde o enfoque está no conteúdo como produção histórico-social de todos os homens, obtendo, desta forma, a superação das visões não-críticas e crítico-reprodutivistas da educação. Em outras palavras, busca preparar o aluno para a vida adulta, objetiva uma participação organizada e intensifica a democratização na sociedade. Nesta, o professor é mantido como o mediador entre conteúdos e alunos, trazendo consigo o ensino/aprendizagem que tem como centro o educando.

Ainda é comum muitas escolas do nosso país trabalharem com uma pedagogia tradicional ou tecnicista, na qual o educando é apenas receptor, apenas armazenando o que o educador fala em sala de aula. Paulo Freire é um pensador e educador brasileiro crítico a esta pedagogia, que nos diz:

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixarem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educadores são os depositários e o educador o depositante. (FREIRE, 1987, p. 33,34 apud FORTES et al, 2015, p. 04).

De certa forma, a educação no Brasil ainda tem que passar por inúmeras transformações, pois o ensino tradicional ainda prevalece, configurando uma concepção de educação em que o estudante não se forma sendo um sujeito crítico, mas sim um sujeito passivo na sociedade. Na verdade, é necessário disputar pelo conceito de uma educação crítica, devendo ser encorajada pelos educadores. A sociedade em que atualmente vivemos ainda não aderiu a essa perspectiva crítica, pois, na mesma, prevalece a crença de que sujeitos qualificados são aqueles que ainda estudam na pedagogia tradicional ou tecnicista, baseada somente no conteudismo, a fim de minimizar a crítica dos sujeitos para que estes apenas aceitem valores impostos pela lógica neoliberal. Por mais que o nosso país cresça em outros âmbitos, se a educação não mudar

por meio de mais investimentos, valorização dos profissionais da educação e uma concepção de educação crítica, que considere a diversidade de sujeitos, as dificuldades para seu desenvolvimento permanecerão, porque a educação é o que muda o sujeito e o sujeito é aquele que muda o mundo, como nos ensina Paulo Freire.

Todavia, nem sempre a sociedade aceita as mudanças, por isso a dificuldade para que elas aconteçam, especialmente na educação, que guarda conhecimento, valores e visões de mundo. Nesta lógica, a educação no nosso país ainda é um dos setores que mais sofre com a pouca valorização dos seus profissionais, fazendo com que a profissão seja pouco procurada pela população. Em países como o Brasil, a educação representa um importante veículo para ascensão social das classes populares, o que revela a necessidade de um debate contínuo sobre qual a educação que interessa a classe trabalhadora e que faz sentido para suas necessidades sociais, econômicas e de emancipação de classe. Em uma sociedade democrática e justa, o sujeito que estuda e adquire uma educação crítica se torna um indivíduo diferenciado, pois não se submete à alienação do capitalista e se torna autônomo de suas próprias ideias e ações.

Considerando esse aspecto, entendemos que a sociedade capitalista não deseja formar intelectuais, pois objetiva formar sujeitos que possam seguir alienados, com conhecimento técnico, mas que não se impõe diante das contradições que a própria sociedade apresenta. E o melhor lugar onde se pode formar indivíduos desta maneira é numa escola. Por isso, a dificuldade de se romper com o ensino tradicional e tecnicista, onde permanece a ideia de que o professor está ali apenas para ensinar o estudante a ler e escrever, minimizando sua capacidade crítica e sua autonomia, se tornando o perfil de cidadão que apenas aceita o que lhe é imposto e atenda os interesses produtivos do mercado.

O capitalismo, que tem por finalidade a obtenção de lucro, volta seu olhar para a educação apenas para priorizar a preparação de mão de obra qualificada para o trabalho a ser desenvolvido, a fim de atender seu próprio interesse. Nesse contexto, a educação é mais um mecanismo de manipulação do capitalismo, estabelecendo o que deve ser ensinado.

Uma outra parte que também está à margem dos interesses capitalistas é a justiça social, pois, para o capitalismo, nem todos têm direitos e deveres iguais. Para o mesmo o mérito, maior se dá para aquele que tem maior capital econômico do que o sujeito que possui apenas sua mão de obra para o trabalho. Mas isso não é o principal, pois a classe trabalhadora por ser considerada assim, sofre com as desigualdades existentes em nosso país. Quem tem mais condições financeiras possui mais privilégios e atende aos interesses do próprio capital; e quem tem menos condições financeiras sofre, porque para o capital esse sujeito só importa para a exploração de sua mão de obra.

Portanto, a desigualdade se dá em vários sentidos, pois está relacionada com o acesso à saúde, à educação, à internet, a uma moradia digna, a um emprego e também a serviços públicos básicos. Percebemos que a desigualdade tem relação com esses fatores, que em algum momento deixamos passar despercebidos pelos nossos próprios olhos.

Considerando o exposto, nos baseamos em Luís Carlos de Freitas (2010), que nos ajuda a analisar essa forma escolar capitalista. Para esse autor:

(...) a função social da escola capitalista é de produzir a subordinação, a conformidade com o sistema e não de produzir um pensamento crítico sobre este sistema. Os objetivos, portanto, da educação capitalista – de conformar os estudantes ao entorno existente sem questioná-lo -, é que orientam a configuração da atual forma escolar baseada no isolamento da juventude em seu interior. (FREITAS, 2010, p. 93).

Com isso, entendemos que a educação, ou melhor, a escola capitalista forma sujeitos de acordo com seus interesses, ou seja, não para questionar o capitalismo e sim para aceitá-lo. A forma atual desse sistema, o neoliberalismo, vem se impondo de diferentes formas na educação. São os chamados “novos liberais”.

Na visão destes “novos liberais”,³ o liberalismo diz respeito à extensão do controle do governo em relação à economia (que deve ser mínimo), enquanto a democracia diz respeito à forma de manutenção do poder (Selwyn, 2015 apud Freitas, 2018, p.14).

A educação neoliberal é uma fase presente na atual fase do capitalismo, pois a mesma abrange um contexto que condiz com a realidade do próprio, objetivando formar o sujeito para o mercado de trabalho. Essa educação deseja que o sujeito consiga desenvolver suas próprias atividades no mercado de trabalho, gerando produtividade e renda para o capital.

No capitalismo neoliberal difunde-se a ideia de que o sujeito tem o pensamento livre para expor suas opiniões, mas, na prática, a educação neoliberal não trabalha para o desenvolvimento do próprio pensamento. Porém, a mesma anseia pela sua mão de obra, ou seja, que o mesmo trabalhe sem ter o livre arbítrio para questionar as atividades que lhe são impostas durante seus afazeres. Luís Carlos de Freitas ressalta que:

Embora prometa a felicidade, não gera condições para sua efetiva realização por todas as pessoas. Subverte também à vontade, impedindo o exercício de sua liberdade, não deixando que o homem pratique sua condição de igualdade: não investe na formação do cidadão, ou seja, aquele que pode agir livremente na sociedade de iguais. Propaga a ideia de uma democracia puramente formal. Não tem por meta o cidadão, mas o contribuinte, o socícola, aquele que habita o *locus* social mas não compartilha efetivamente de sua constituição, não compartilha das decisões que instauram o processo político-social. (FREITAS, 2010, p. 305).

Dessa forma, a educação neoliberal é mais uma máscara que é colocada na face dos sujeitos. Essa forma educacional não permite ao homem uma sociedade igualitária, pelo contrário, propõe ao sujeito uma propaganda de liberdade de expressão e igualdade que na realidade não condiz, ou seja, não existe em suas condições materiais de existência. Para o neoliberalismo, as garantias deveriam ser incluídas nas constituições nacionais de forma a se tornar praticamente irrevogáveis, mesmo por caminhos que pudessem significar uma ruptura com as teses da democracia liberal. Afinal, o que está em jogo é a própria “liberdade pessoal e social” que precisa ser defendida a qualquer custo para deter a ideia de uma economia planificada (contrária ao livre mercado), de onde – dizem – advêm o “esquerdismo” e o “comunismo”. (FREITAS, 2018, p.22).

Dessa forma, a pedagogia neoliberal é mais uma manipulação, que está a todo instante impedindo o cidadão de construir seu conhecimento

crítico, transformando-o em um ser humano que possa trabalhar sem problematizar suas condições de vida e trabalho.

(...) No fundo mantém-se a servidão... que até se torna voluntária... Toda essa pedagogia, em vez de levar os sujeitos a entender-se no mundo, mistifica o mundo, manipulando-o para produzir a ilusão da felicidade. Prosperidade prometida, mas nunca realizada. Leva ao individualismo egoísta e narcísico, simulacro do sujeito autônomo e livre. (FREITAS, 2010, p. 305).

Diante disso, passamos a entender que a pedagogia tradicional e a tecnicista, nos dias atuais, são aliadas dessa educação capitalista, pois nenhuma delas formam sujeitos críticos, e não se importam com a igualdade de direitos, ambas apenas produzem ilusões.

Para que investir em direitos humanos se esta questão foge completamente do que o capitalismo deseja? Investir nessa linha seria para o capitalismo aceitar que todos os seres humanos têm direitos iguais mediante sua diversidade.

Para o capitalismo a divisão de classe é fundamental, porque consegue distinguir a classe trabalhadora da classe que manda trabalhar, tornando dessa maneira a classe trabalhadora a acesso limitado à educação, tanto pelo acesso quanto pela qualidade, pois para os interesses do capital a educação deve ser limitada às suas necessidades de mão de obra adequadas às demandas do mercado.

(...) E quanto mais o capitalismo avançou no país, mais se solidificou essa crença. O poder se concentrava, a riqueza crescia e supostamente não se distribuía porque a expansão da escola não acompanhava o crescimento populacional, ou sua qualidade não atendia às demandas sociais. (FREITAS, 2010, p. 303).

Na fase atual do capitalismo, a produtividade, a competitividade e a qualidade são demandas que marcam a nova configuração do mercado neoliberal. Tais características presentes abrangem diferentes temáticas, mas com a mesma finalidade para o sistema atual, para que dessa forma o mercado neoliberal possa se expandir no ramo da economia, buscando sempre melhorar a sua produção e obtendo sempre novas competências no mercado para manter uma boa qualidade. A fim de aumentar a competitividade externa de um

país e reduzir a carga tributária, os neoliberais estão permanentemente envolvidos em *reformas que nunca terminam*, porque a complexidade do capitalismo contemporâneo exige maior regulação por parte do Estado, e os neoliberais *não reconhecem essa restrição estrutural* [...] Os ideólogos neoliberais estão *sempre exigindo novas ‘reformas’ que finalmente – prometem – transformarão uma economia em economia de mercado ‘ideal’*. (Bresser Pereira, 2017, p. 699, grifos meus apud FREITAS, 2018, p. 36).

Na educação, a produtividade, a competitividade e a qualidade são essenciais para a qualificação de um ensino que pretende se destacar no mercado. Segundo alguns teóricos, tais como Sousa (1997), Bruno (1996), e Oliveira, (1996), a busca da qualificação da escola está ligada à reestruturação capitalista e a lógica da produtividade, uma vez que numa sociedade globalizada e tecnológica, o foco do processo produtivo passa a ser o intelecto e não a força. Neste sentido, é preciso investir na qualificação do sistema de ensino, a fim de formar cidadãos capacitados para atender as necessidades emanadas pelo mercado. (CHIRINÉA e BARREIRO, 2009, p. 04). Essas características são de suma importância para uma unidade escolar, pois a mesma mantém um desenvolvimento melhor em todo o seu sistema escolar.

Portanto, algumas unidades escolares, quando se utilizam dessas ideias está sujeito de obter o sucesso, mas também pode obter o fracasso, pois são passos que por sua vez determinará o que a escola vai se tornar. O foco, portanto, não é a intervenção dos poderes públicos, mas a responsabilidade da escola pelo sucesso ou fracasso, instalando-se desta forma, um sistema de competição entre elas, e criando, até certo ponto, critérios de produtividade assumidos pelas escolas e controlados pelos governos. (CHIRINÉA e BARREIRO, 2009, p. 05).

Diante disso, Souza (1997 p. 264) esclarece que “a educação precisa alcançar qualidade capaz de responder às demandas decorrentes das transformações globais nas estruturas produtivas e do desenvolvimento tecnológico”. (CHIRINÉA e BARREIRO, 2009, p. 04 e 05), para que dessa forma a educação possa alcançar o sucesso. Neste caso, o sistema educacional ao se referir da ideia de produtividade, está a pensar que quanto

mais a escola produzir um bom resultado no seu desenvolvimento escolar, mais a mesma ganhará destaque. Para as autoras:

As ações educacionais e políticas públicas precisam, portanto, estar em consonância com as demandas exigidas, cabendo as unidades escolares a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar, bem como a prestação de “contas” aos governos federal e estadual dos resultados obtidos por meio da aferição da “produtividade”. Esta aferição é medida por meio de testes padronizados realizados pelos alunos. (CHIRINÉA e BARREIRO, 2009, p. 05).

Esse controle de qualidade na educação capitalista tem sido imposto por propostas de currículos padronizados e avaliações em larga escala, a fim de medir a eficiência e a qualidade da prática educacional. Apesar de se falar em diversidade, na prática não há espaço para ela nessas propostas educacionais neoliberais.

Nessa lógica, podemos observar a privatização da educação em nosso país, especialmente por meio da gestão da educação. Pois, isso acontece por conta da reforma empresarial da educação que vem questionando a educação pública. Do qual faz com que haja a privatização dessa, não importando se é pelo Voucher ou só pela privatização da gestão das escolas e também pelo uso das apostilas. Isso é devido a não acreditarem que esse setor público pode ser capaz de gerenciar escolas com qualidade. Sendo assim aplicada a reforma empresarial na gestão da educação.

Diante disso, conseguimos observar que não é somente a privatização da educação que vem acontecendo, mas sim o fechamento das próprias escolas públicas do campo. De um ponto de vista mais abrangente podemos entender que isso afeta o povo do campo, à medida que não se tem escolas para estudar, os mesmo tem que se deslocar para as zonas urbanas em busca de estudo e até mesmo de melhoria de vida. Isso acaba esvaziando o campo.

E com esse fechamento, que é um problema nacional, conseguimos enxergar que cresce o número de analfabetos e a permanência dos jovens no campo. Quando analisamos a realidade das populações rurais/do campo, no Brasil, vemos os resultados de um histórico de abandono e negligências em relação às políticas públicas, em especial a educação ofertada a essa

população. Os dados revelam que exatamente situam-se nesses espaços os piores indicadores educacionais, ou seja, as maiores taxas de analfabetismo, os maiores índices de distorção idade/série, a maior quantidade de escolas sem energia e/ou água encanada, sem bibliotecas, sem laboratórios, sem TV/vídeo/parabólica, etc. (BOF, 2006 apud SOUSA et al., 2011, p. 157-8 apud PERIPOLLI et al., 2011, p. 188).

O descaso das escolas do campo se dá por meio do sistema capitalista que não proporciona uma com mais qualidade, pois para o mesmo as escola do campo não tem futuro, por isso não há investimento. É nesse campo, cada vez com menos gente, com menos escolas, com menos oportunidades, que busco trazer algumas reflexões, sobretudo o fim/fechamento das escolas. (PERIPOLLI et al., 2011, p. 189).

É nessa lógica que compreendemos o quanto é importante que a reforma da educação seja por outras vias, a qual possa haver uma transformação das práticas educacionais, que conseqüentemente traga melhorias para a educação a partir de outra concepção de qualidade da educação. Concepção essa que se oponha ao ideal neoliberal do individualismo, em prol do coletivo, como marca da solidariedade em uma sociedade justa, que tenha como referência a qualidade social da educação.

Quando falamos de qualidade social de educação, conseguimos imaginar vários conceitos que passam na nossa mente, pois qualidade nos remete a perfeição, a essência de um local, e quando se trata de educação, descreve um ideal, algo que transforma e traga melhorias para todos no meio educacional. Pedro Demo (1994) define qualidade como dimensão de intensidade. Então está ligada a questões como perfeição, profundidade e competência humana, no sentido de mobilizar a capacidade de agir, construir e de participar. Neste sentido afirma que:

Educação passa a ser o espaço e o indicador crucial de qualidade, porque representa a estratégia básica de formação humana. Educação não será, em hipótese nenhuma, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente formação, aprender a aprender, saber pensar, para poder melhor intervir, inovar. (DEMO, 1994, p. 20 Apud. CHIRINÉA e BARREIRO, 2009, p. 06).

Segundo Mészáros (2008, pág. 25), para que haja a transformação é preciso que haja primeiro uma reformulação significativa da educação, para ele essa é “inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.”. Mészáros afirma que as práticas educacionais da sociedade só mudarão se cumprir algumas importantes funções, ou seja, não adianta mudar e descumpri-las, funções estas que estão atribuídas ao quadro de intercâmbio social, em outras palavras, significa dizer que enquanto o quadro da educação for o de alienação, a educação não caminhará para frente, e para que isso aconteça é preciso que haja mudanças efetivas.

Quando se trata da transformação do quadro social, a primeira coisa que imaginamos são as práticas educacionais, pois esse quadro ainda é bastante debatido em ambas as rodas de conversas. Mészáros afirma que: “(...) Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

E tais mudanças serão apenas limitações, impossibilitando as transformações desse quadro social. Portanto, a escola capitalista impossibilita a democracia, a participação dos sujeitos e não se pauta com a questão social, considerando a qualidade social e a educação que interessa a classe trabalhadora.

2. O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO

O capítulo apresenta um pouco da história da educação do campo, em sua origem, processo de consolidação e seu movimento de luta pela transformação da escola do campo. Processo esse, que vem agregando experiências, tais como a pedagogia da alternância, a qual apresentaremos sua origem e como ela foi implementada no campo brasileiro.

A Educação do Campo é um fenômeno na educação brasileira em construção pelas organizações populares do campo. Tem apresentado como proposta e demanda o direito a uma educação diferenciada, isto é, levar ao camponês uma educação qualificada, a qual oferece ao sujeito do campo o direito de estudar, de se profissionalizar e trabalhar sem precisar sair do seu local de origem e tendo esse como referência em seu projeto educacional. Esse é um dos objetivos mais importantes da Educação do Campo: assegurar o direito do trabalhador rural, em especial, o direito ao conhecimento e ao trabalho.

Uma proposta de educação referenciada no campo se deve ao fato de que neste espaço existem saberes, culturas e também pessoas que trabalham, que produzem no campo seu próprio alimento. Com base nesse entendimento, os movimentos sociais buscam uma educação que reflète também a realidade do próprio sujeito que reside no campo, mas sabem que esta luta não é tão fácil de ser adquirida, tendo em vista o jogo de disputa com a educação capitalista.

As discussões sobre a Educação do Campo ocorreram logo após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em 1997, na qual teve como marco inicial o Movimento Nacional da Educação do Campo. Nesse encontro algumas entidades desafiaram o MST a levantarem uma discussão mais ampla sobre a educação do meio rural. Todavia, essa expressão “Educação do Campo” só passou a ser usada a partir das discussões do Seminário Nacional, que foi realizado em Brasília no ano de 2002. Nos debates da II Conferência Nacional, que aconteceu no ano de 2004, decidiu-se que:

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não a mais usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. (CALDART, 2012 p.260).

Nesse sentido notamos que a Educação do Campo está também se referindo à educação não somente dos trabalhadores camponeses, mas também dos quilombolas, indígenas, povos das florestas, entre outros, porque também tem o campo como espaço de vida e de trabalho diversos. A Educação do Campo é uma das conquistas dos Movimentos Sociais, que sempre esteve à frente dessa luta pelos direitos dos povos que residem no meio rural, para que possam ter acesso a uma escola que ensinasse não somente a ler e escrever, mas que considerasse também a realidade social, econômica e política do sujeito do campo.

Nessa trajetória os Movimentos Sociais enfrentam não somente um desafio, mas diversos, pois a Educação do Campo seria algo desafiador, até mesmo para o próprio sujeito do campo, porque existem pessoas que moram no campo mas que se envergonham de seu local de origem, pois consideram como um local de atraso. Reverter essa visão reducionista é um desafio. Por isso, os Movimentos Sociais lutam por mais igualdade e para assegurar que os camponeses tenham uma educação que não fuja da sua própria realidade, pois é o que torna seu conhecimento mais rico.

Portanto, a Educação do Campo é uma conquista dos Movimentos Sociais, que lutaram e lutam até hoje para que essa proposta possa avançar cada vez mais, e que as escolas do campo possam deixar de seguir um modelo capitalista e alienado, para que assim consigam avançar em uma educação mais libertadora para todos os camponeses e todos que vivem no meio rural.

Os Movimentos Sociais buscaram outras histórias que pudessem ajudar na compreensão de que essa luta não se limitava somente ao âmbito local, "(...) históricas de luta e resistência, como as das Escolas Família Agrícola (EFA's), do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais

(CALDART, 2012, p.261)”, para que, dessa forma, pudesse fortalecer a compreensão sobre a educação. Caldart (2012) defende que

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja *no* e *do* campo, (CALDART, 2012, p.261).

Diante disso, é possível observar que o espaço e o ambiente também são peças fundamentais para o desenvolvimento do educando, pois o ambiente transmite uma cumplicidade de aspectos que auxiliam no desenvolvimento do estudante (CALDART, 2012). Baseado nisso, é notável que a Educação do Campo concebe uma perspectiva que aborda práticas educativas e pedagógicas relacionadas com a tradição do povo camponês, valorizando e respeitando o seu próprio espaço, tempo e, também, seu modelo de currículo educacional.

Todavia, conseguimos entender que os princípios da Educação do Campo é a aceitação e, também, o reconhecimento das pessoas do campo no processo educacional e também de sua própria identidade, pois ser reconhecido e aceito ainda continua sendo um desafio para todos os sujeitos que residem no campo. Apesar de vários debates a respeito de como fazer a inclusão do sujeito do campo na sociedade capitalista, esse desafio ainda não foi totalmente alcançado. Mediante os avanços que já ocorreram nessas lutas, podemos observar que bons resultados são obtidos e que eles não são produtos da subordinação ao capital, apesar de vivermos nesse modelo de sociedade.

Para Morigi (2003), a Educação do Campo deve ser aquela que assume a identidade do meio rural, comprometida com um projeto político pedagógico voltado às causas, desafios, sonhos, história e cultura daquele que vive e atua no campo. Por trabalhar com mudança de conteúdo e forma de funcionamento, a Educação do Campo não perde de vista o ser humano em seu envolvimento no processo de formação e de construção da sociedade. (BERGAMASCO, 2013, p. 06 e 07).

É interessante ressaltar que, durante muitas décadas, a educação do meio rural foi desvalorizada e, conseqüentemente, os sujeitos do campo ficavam com as “sobras” das escolas urbanas, porque a formação dos camponeses não era importante. A educação rural no Brasil, por motivos

socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve, por retaguarda ideológica, o elitismo - acentuado no processo educacional instalado pelos jesuítas e pela interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade (LEITE, 1999, p.14. Apud BERGAMASCO, 2013, p. 07).

Por muito tempo os sujeitos do campo foram vistos dessa forma, o que significou momentos difíceis para a população camponesa, pois esse preconceito desmotivava os sujeitos do campo, muitos consideravam impossível uma pessoa que mora no campo ter acesso ao ensino superior. A mudança na compreensão desse conceito (deixe claro qual conceito) significa muito mais do que uma simples mudança de nomenclatura, ela é resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais e na defesa da educação, sociedade e desenvolvimento, fatores esses indispensáveis para a concretização de projetos político pedagógicos que busquem encarar a realidade e atender as necessidades das populações do campo (MEDEIROS et al, 2013. Apud BERGAMASCO, 2013, p. 08).

A Educação do Campo é uma conquista dos movimentos sociais que sempre lutaram por direitos iguais e justos para os camponeses. Dessa maneira, a educação que os movimentos sociais buscam é emancipadora, pois ela deve ser capaz de mudar as perspectivas das pessoas que moram no campo, visando à formação do sujeito integral. Para que o sujeito do campo consiga trilhar seu caminho, é preciso que seja disponibilizada uma escola que vá além da didática dele e escrever e de um ensino tecnicista. Nesse sentido, a escola é uma peça fundamental no aprendizado do aluno, como afirma Garcia:

(...) o papel da escola será de ressignificar os conhecimentos da própria comunidade e incentivar o aprimoramento e a produção de novos conhecimentos. Assim, o currículo seria abrangente, de acordo com as necessidades e experiências vivenciadas pelos alunos, com conteúdos próprios e a metodologia própria para os diferentes níveis de ensino (GARCIA, 2004. Apud BERGAMASCO, 2013, p. 08).

Essa conquista é um marco na história da Educação do Campo, pois possibilitou uma escola do campo para todos os trabalhadores rurais, ou seja,

para todos que residem no campo, além de acesso ao ensino superior. Porém, por mais que tentemos transformar a escola em um lugar que transmita conteúdos além do ler e escrever para o povo camponês, não podemos afirmar que é a escola que tem papel transformador, porque esta é apenas uma instituição, tanto na zona urbana como na zona rural. Somente a instituição escolar não transforma a educação, assim como a educação sozinha não transforma a sociedade. Isso é um fato muito importante, pois a escola é peça fundamental para o sujeito, conjuntamente os educadores que trabalham dentro da escola e a participação da comunidade fazem toda a diferença para a sociedade, assim como as políticas públicas sociais que objetivam justiça social.

De acordo com Caldart (2015, p. 02), não nos basta afirmar que é preciso transformar a escola. Quase não há quem não afirme isso. Exatamente porque a escola, e é bom sempre ter isso presente, é uma instituição de “vocação” conservadora, avessa a mudanças ou pelo menos lenta para fazê-las, venham propostas da direção que vierem. Isso por que ainda há escolas que atendem ao mundo do capitalismo, ou seja, não estão dispostas a mudar suas concepções e metodologias, e essas questões acabam deixando de ser importante, pois, para a autora, tais propostas de mudança tem que vir da direção ou dos gestores que estão à frente da escola, porque a escola em si é apenas uma instituição.

Ainda com Roseli Caldart (2015) destacamos que:

A questão da transformação da escola pode então ser formulada nos termos de uma adequação maior do projeto educativo ou do formato da instituição às demandas de formação para a reprodução do capital e do ser humano que sustenta sua lógica. Mas esta questão pode ser formulada desde outro polo, que é o de como potencializar as contradições da sociedade atual para vincular esta instituição educativa ao desafio de construção de novas relações sociais ou da formação de seres humanos capazes de se assumir como sujeitos concretos da luta social na direção de outro modo de produção, de outra forma de sociedade. (CALDART, 2015, p. 02).

Existem várias questões que precisam mudar para que a escola deixe de seguir um projeto capitalista, questões essas que são muito importantes para a formação do ser humano, tais como:

Questões sobre a relação teoria e prática, o papel da escola na formação para o trabalho, uma matriz formativa mais estreita ou mais alargada, educação integral, escola de tempo integral ou atuação de diferentes instituições educativas, podem ocupar mentes movidas por interesses contraditórios, contrapostos. Mas a compreensão destas questões não será a mesma, a depender do lugar de onde se formulem ou se resolvam. E a direção das respostas não tem como deixar de assumir, no âmbito da pedagogia, o confronto fundante do modo de produção que as formula: capital versus trabalho. (CALDART, 2015, p.02).

Com isso, conseguimos compreender que são diversas as lacunas pelas quais a Educação do Campo passou e ainda está a passar. Aliás, a escola do/no campo tem uma realidade diferente da escola tradicional, pois ela conta com uma estrutura que expõe, compartilha e vivencia o dia a dia, fazendo disso um aprendizado da realidade do sujeito camponês. Diversas são as experiências em Educação do Campo com esse objetivo, tais como as escolas do MST, as EFA's, com sua Pedagogia da Alternância. Neste trabalho, apresentamos uma discussão sobre as EFA's, pois fazem parte do nosso objeto de pesquisa.

3. O SURGIMENTO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL E SEU TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS

A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil por volta do ano de 1968, na região Sudeste do Brasil, mais precisamente no estado do Espírito Santo, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Trata-se de uma experiência que teve início na França.

Em 1935, um filho de camponês, que passou toda sua vida sofrida no campo, compartilhou as injustiças e pressões do povo que vivia no interior francês, apresentou a necessidade de uma escola que rompesse com o modelo de escola da cidade. Objetivou-se, então, uma escola que proporcionasse ao povo camponês receber, no seu local de origem, não só o trabalho na terra, mas, também, um ensino condizente com sua própria realidade.

Essa experiência foi desenvolvida por Padre Granereau, nascido na França no ano de 1885. Ele sempre se preocupou com a juventude, já que ele mesmo pôde experimentar, durante toda sua vida acadêmica, o fracasso de uma educação que seguia um modelo alienado, diante disso, o jovem Padre buscou mecanismos que ajudassem o povo do campo. Foi a partir de sua influência com a juventude camponesa que o Padre fundou o sindicato rural, em 1911, com o intuito de superar e ajudar os povos que sofriam com a inadequada escolarização do meio rural, já que se tratava de uma educação que não favorecia a população que reside no campo. Contudo, esse processo não foi fácil para o Granereau, pois no ano de 1914 foi anunciado a ele que essa questão se tratava de um problema agrícola educacional, que exigia uma certa formação mais especificada para os sujeitos que fosse ensinar, como nos conta Nosella, 2012. Após anos vivendo em uma paróquia dentro da cidade na França, Padre Granereau, se mudou para uma outra paróquia pequena localizada na zona rural francesa. Foi em 1930, que ele começou a mudar a realidade dos jovens que ali viviam.

No dia 21 de novembro de 1935, o Padre recebeu em sua paróquia quatro jovens e, a partir desse dia, começou a ter a primeira Escola Família Agrícola, ou como era chamado em francês "*Maison Familiale*". "A escola em alternância tinha nascido e esta fórmula foi chamada, por muito tempo, a

“fórmula de lauzun”, por ter sido em lauzun a primeira Escola-Família, suficientemente estruturada, (...). (NOSELLA, 2012, p. 47 e 48).

A primeira Escola Família Agrícola funcionava durante uma semana de cada mês na própria paróquia, - foi cedida a paróquia para operar como escola, além de contar como professor o próprio padre - e os outros dias do mês eram nas casas dos jovens, onde eles faziam também as tarefas que levavam da escola, que eram para o Padre uma outra parte importante no aprendizado do camponês, onde o mesmo chamava de “a escola da vida”.

Com isso, foi-se consolidando a pedagogia da alternância, em que parte da formação acontece na escola e a outra na família e na comunidade dos estudantes, exemplificada pelas atividades que eram passadas pelo professor. Atividades essas que eram levadas para casa com o intuito de aproximar tanto o aluno, como a família, da escola.

Essa é uma metodologia abordada pelas escolas famílias até os dias atuais. Essas metodologias das Escolas Famílias Agrícolas foram se aperfeiçoando, como aquelas que auxiliavam os alunos no seu tempo na comunidade, como, por exemplo, receber visitas de seus professores e atividades que passaram a ser respondidas não só com a família, mas com a comunidade na qual os alunos moram.

Essa nova modalidade começou a se expandir pelo mundo e assim chegou no Brasil.

No dia 25 de abril de 1968, na Câmara Municipal de Anchieta, uma Assembléia de agricultores dos municípios assinava a ata constitutiva do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que tinha como finalidade a promoção da pessoa humana, através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura e principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores. Na Junta Diretora do MEPES se encontram os representantes da Companhia de Jesus, dos Vigários dos Prefeitos, da Associação dos Amigos Italianos e da ACARES (Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo). (Cadernos do CEAS, Chance aos agricultores, 1970, nº 8, págs. 4-5. Apud NOSELLA, 2012, p. 64).

Essa nova pedagogia que surgiu não ficou somente no estado do Espírito Santo, ela se expandiu por todo o país. Foi desenvolvido um projeto pedagógico que valoriza a vida no campo e que também conta com uma

característica própria em seu currículo, tornando as EFA's um grande marco na educação do meio rural. Segundo Azevedo (2005, p. 04), “na Pedagogia da Alternância busca-se realizar um trabalho pedagógico interdisciplinar e desenvolver os conteúdos curriculares contextualizados na realidade do aluno”.

Todavia, a Pedagogia da Alternância não se limita somente na formação profissional do aluno, ela busca, também, sempre estar junta à família do discente para que ambas as partes possam promover ao estudante um bom desenvolvimento escolar. Espera-se que o aluno possa aprender tanto na escola como também no seu dia a dia, com sua família e comunidade. A realidade da Pedagogia da Alternância busca sempre o melhor do sujeito do campo.

Assim, a Pedagogia da Alternância passa a ser entendida como uma metodologia que favorece o acesso e a permanência dos jovens e adultos do campo nos processos escolares, antes dificultada por sua característica seriada e estanque, sem articulação com a realidade e os modos de vida rural. (CORDEIRO, REIS e HAGE, 2011, p.120)

Em busca de acesso à educação para ajudar em seu currículo e qualificação profissional para um bom emprego, muitos jovens estavam saindo do campo para a cidade, pois no campo não havia uma capacitação, ou melhor dizendo, uma escola que mudasse o contexto da realidade dos jovens que ali residiam. Mas com o surgimento das EFA's muitas coisas mudaram no contexto educacional dos jovens do campo, alguns começaram a ver o campo como um lugar de oportunidades e aquele pensamento de que o campo não é um lugar de saberes está mudando pouco a pouco.

Em suma, as Escolas Famílias Agrícolas surgiram com um objetivo: levar ao sujeito do campo uma educação que pudesse mudar sua vida e o ajudar a permanecer em seu local de origem, fornecendo, além de uma educação mais qualificada, que mais condissesse com sua própria realidade, uma oportunidade de emprego, de obter também seu próprio sustento sem ter que viajar para a cidade em busca de melhorar de vida, pois com o estudo poderia aperfeiçoar seu trabalho no campo e ter perspectiva de renda e trabalho.

Nesta contextualização, podemos ver como as Escolas Famílias Agrícola chegaram no Brasil e como foram se expandindo por todo o território

brasileiro. No Maranhão, a Pedagogia da Alternância chegou no início do ano de 1980, através de um grupo que desenvolveu um trabalho feito por Jorge Rosa Cruz, Francisca Francilda, Ana Maria de Jesus e Marly Vadeíza Araújo.

O grupo, nessa época, estava a trabalhar com o Pe. Teodoro. Um dos trabalhos que esse grupo discutia era sobre uma escola que viesse a atender todos os filhos dos agricultores, uma escola que retratasse a realidade do campo dentro da sala de aula e fora dela também, que ensinasse muito mais do que ler e escrever para os camponeses.

Esse ideia surgiu através de uma reportagem que o grupo viu sobre a Escola Família na revista “Família Cristã”, que trazia como assunto a EFA de Olivânia no Espírito Santo. A partir disso, fundaram uma Escola Família Agrícola na cidade de Poção de Pedra – MA, mas para obter um melhor resultado dessa fundação foi preciso fazerem viagens de estudo sobre este projeto que foi colocado em prática para que todos pudessem, dessa forma, adquirir e aprimorar mais seus conhecimentos.

Nesse processo de implementação dessa nova metodologia, o grupo contou com a ajuda de Elizabete, que era uma missionária da Alemanha, sua ajuda foi de grande força para o grupo, pois ela contribuiu para a elaboração de um projeto que foi encaminhado para a instituição alemã MISERIOR. Esse projeto tinha o objetivo de conseguir recursos para construir a Escola Família Agrícola – EFA, além de ajudar no pagamento dos monitores – monitores são como são chamados os professores que atuam na Pedagogia da Alternância.

Segundo o PPP da Escola Família Agrícola Antonio Fontenele - EFAF, foi a partir de 1983 que deu início às atividades da primeira EFA no Maranhão. Em 1988 algumas famílias do município de Lago do Junco, procurando um ensino que respondesse às necessidades das comunidades, pois os moradores não satisfeitos com uma educação que trabalhasse apenas leitura e escrita, buscou uma educação diferenciada, que valorizasse a história dos moradores a partir de atividades socioeconômicas, comunitárias, com inspiração ecumênico cristã, e que viessem a contribuir para o desenvolvimento local e sustentável, apropriada ao meio rural, tendo como referência a perspectiva da vida digna no campo para o futuro dos jovens e adolescentes

filhos de agricultores familiares. Alcançaram vagas na EFA de Poção de Pedra, contudo, no final de 1993 reacendeu o ideal de uma EFA para o próprio Município. No final de 1995 foi fundada a Associação e em abril de 1996 deu-se início às aulas. (PPP).

Então baseado nessa expectativa, construíram a Escola Família Agrícola Antônio Fontenele – EFAF, fundamentada na Pedagogia da Alternância, que recebe este nome no ano de 2004 em homenagem a um agricultor que perdeu a vida lutando por direitos de moradia e de trabalho em razão dos conflitos da época. Antes, essa mesma escola era reconhecida como Escola Família Agrícola de Lago do Junco.

As aulas iniciaram na capela de São Manoel que havia sido reconstruída, pois a escola ainda não tinha estrutura suficiente para atender a demanda de alunos. A primeira turma foi formada por 15 discentes de quatro comunidades do município.

Hoje a Escola Família Agrícola, conta com um prédio escolar para atender a demanda de alunos que fica localizado na comunidade São Manoel. Porém para chegar até ela é preciso passar por outra comunidade. A escola conta hoje com 60 estudantes, que são de todas as regiões, e conta com 10 monitores (professores) que são formados ou que estão em processo de formação.

4. ENTRE A ESCOLAR QUE TEMOS E A ESCOLAR QUE QUEREMOS: UM DILEMA PARA A ESCOLAR UNIDADE INTEGRADA JOSÉ NOGUEIRA, NA COMUNIDADE SÃO MANOEL, LAGO DO JUNCO - MA

Neste último capítulo iremos compreender como foi o processo de luta pela terra da comunidade São Manoel, e entender como foi o desenvolvimento da escola da comunidade Unidade Integrada José Nogueira. Mostrar como e quais foram os processos de luta que essa escola vem enfrentando. Depois, veremos os resultados da pesquisa feita, com uma análise mais abrangente dos resultados.

4.1 História de lutas da comunidade São Manoel

Para conhecer melhor a história da comunidade, foi feita uma consulta a uma pesquisa feita pelos discentes da Educação do Campo, no documento “A LUTA PELA APROPRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO: A comunidade São Manoel em busca de desenvolvimento e igualdade social”. Esse documento corresponde a uma pesquisa elaborada pelos discentes Eulénice Sousa de Jesus, Rafael Lima Nascimento, Regina Maria Costa dos Santos e Ronilda da Silva, discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc/UFMA), que tinha como objetivo apresentar o contexto histórico dessa comunidade para a disciplina de Métodos e Técnicas de Estudo ministrada pelo docente Dr. Meubles Borges Júnior.

A comunidade São Manoel teve origem em 13 de dezembro de 1926, no qual o primeiro habitante foi Antonio Bernardes dos Santos, que era descendente de pessoas escravizadas. O povoado recebe esse nome por causa da existência de várias árvores denominadas São Manoel, sendo conhecidas por esse nome até os dias de hoje.

Entre os anos de 1932 e 1958, chegaram nesse povoado os primeiros imigrantes do Estado do Ceará e Piauí. Estes vinham fugindo da seca e à procura de terras para plantar e criar animais para garantir a sua sobrevivência. Ao chegarem à comunidade, encontraram muitas farturas agrícolas e naturais como o babaçu, terras férteis e que não exigiam quase nenhuma tecnologia

para a prática da agricultura. Até o final da década de 1960 as terras onde se instalavam as famílias eram tidas como devolutas. Nessas, pressupunham-se o seu livre acesso, predominando o sistema de uso comum das terras, que consiste na utilização de uma porção de terras por famílias ou grupos, sem que haja partilha formal, sem desmembramento e sem apropriação individual.

Na década de 1970, com a promulgação da Lei Estadual nº 2.979/69, conhecida como Lei Sarney de terras, marcando o período auge da privatização das terras no estado e da introdução da pecuária na região do médio Mearim. Uma política vista pelo estado como de modernização, através de dispositivos legais de reconhecimento de propriedade ou mesmo pela grilagem, as terras supostamente disponíveis, passaram a ser propriedades particulares (JESUS, NASCIMENTO, SANTOS e SOARES, 2016, p. 08).

Depois disso aquelas terras foram demarcadas, como outras áreas próximas da região, privatizadas e vendidas para Adelino Pereira Lima, que condicionava o uso das terras, deixando as famílias que ali residiam aflitas, pois sem-terra e sem acesso aos babaçuais, foi impossível a sobrevivência de algumas famílias, obrigando-as a se adequarem às condições impostas pelo novo proprietário. Os moradores foram obrigados a pagarem a renda e pedir ao proprietário as terras para plantarem. Para isso, todas as famílias deveriam destinar alguns dias de trabalho no preparo e no manejo das pastagens na fazenda, sendo ainda obrigados a comercializar o babaçu e a produção agrícola exclusivamente nos entrepostos comerciais controlados pelos proprietários, conhecidos nos povoados como bodega ou quitandas.

Em meio a todos esses acontecimentos as famílias se reuniam debaixo das mangueiras para celebrarem sua fé, pois ainda não havia uma igreja no povoado. Em 1984, decidiram construir uma capela, pois era através das celebrações e reflexões dos evangelhos que os mesmos criaram coragem para lutar pela terra. Todavia, para isso, o primeiro passo era libertar o babaçu que era privado.

As famílias cansadas de serem humilhadas, queriam fazer algo que atingisse aos opressores, foi então que várias comunidades que também sofriam na época o mesmo problema, se reuniram e queimaram a casa com

coco e cascas de babaçu do fazendeiro de Adelino Barbosa e, antes disso, já tinham estilhaçado uma cerca do mesmo. A partir disso teve-se o início do conflito entre as famílias, os arrendatários e o fazendeiro, gerando uma denúncia contra os resistentes. Alguns dias depois do acontecimento, chegou uma intimação para dois dos companheiros que participaram da queimação para comparecerem à delegacia de Lago dos Rodrigues, os dois que compareceram eram chamados de Chico Buraco e Chico Amaro. Neste mesmo dia, a comunidade São Manoel junto às comunidades que também participaram do ato, articularam e apresentaram-se na delegacia no dia 22 de março de 1986, mais de 200 pessoas, dizendo que se um fosse preso, o delegado teria que prender todos. O delegado sem alternativa libertou todos, pois a delegacia não tinha estrutura para prendê-los.

Apesar desses atritos, os moradores conseguiram libertar o coco babaçu no ano de 1986. Todavia, o acesso aos babaçuais não garantia a plena sobrevivência das famílias, pois a área de cultivo foi privada e negada àqueles que necessitavam utilizá-la.

Em meio a todos esses acontecimentos, as famílias sentiram a necessidade de construir uma escola para que seus filhos pudessem estudar, pois esses tinham que se deslocar para outras comunidades vizinhas com um banquinho de madeira na cabeça para se sentarem, já que o lugar de estudo não era em uma escola, e sim em uma área aberta debaixo de uma árvore qualquer. Foi com essa necessidade que as famílias construíram uma escola na comunidade em março de 1985, levantada de barro e coberta de palha das palmeiras de babaçu. A escola tinha apenas uma sala de aula, e tinha como professor remunerado pelos próprios moradores, o senhor Francisco Rodrigues Carneiro, conhecido como mestre, que permaneceu dando aula até agosto de 1986.

Entretanto, com a necessidade de um local para o plantio, os homens da comunidade foram até a propriedade de Adelino pedir uma parte de suas terras, que foi negada. Todavia, mesmo assim foi realizado o cultivo de feijão e de outras culturas na terra deste fazendeiro sem seu consentimento, provocando assim o surgimento do segundo conflito, que agora era pela terra.

Esta ação foi revidada pelo proprietário da terra, com uma denúncia contra os indivíduos que estavam fazendo a utilização da terra para agricultura.

No dia 29 de abril de 1986 outra intimação chegou aos moradores, pedindo o comparecimento na delegacia de Lago dos Rodrigues. Todos compareceram, onde lidaram com uma das maiores pressões da história da comunidade, pois passaram o dia depondo e sofrendo uma forte pressão para desistirem do que estavam se propondo a fazer nas terras do proprietário Adelino, que era cultivá-la.

O conflito continuou, preferiam perder a vida na luta do que morrer de fome e de necessidade. Essa decisão marcou o combate entre eles e o fazendeiro que conseguiu através da União Democrática Ruralista – UDR, o apoio da polícia militar do Maranhão, na qual mandaram vários jagunços para defender os interesses do proprietário e se possível ferir ou até mesmo matar os homens que estavam frente a luta. O fazendeiro também recebeu o apoio do governo municipal da época, administrado pelo Haroldo Evaldo Brito Leda, que facilitou o deslocamento desses com a estrada, pois o que existia no período era apenas veredas.

No dia 06 e 07 de agosto do ano de 1986, chegaram ao povoado o fazendeiro e seu filho com um caminhão branco com cabo de aço. Logo após, pistoleiros e policiais abordaram exigindo que as famílias retirassem seus pertences de suas casas em um prazo de cinco minutos, sem contar com ajuda de vizinhos, visto que poderiam ser mortos na tentativa de amparar uns aos outros. Após o tempo marcado, o caminhão com cabo de aço começou a derrubar as 20 casas do povoado, entre elas derrubaram também a igreja católica, deixando apenas o colégio que sobreveio a ser o quartel dos colaboradores de Adelino.

Durante esse período os moradores tiveram que se refugiar nos matagais, para se protegerem, pois o número de pistoleiros era duas vezes maior que o número de moradores. As mulheres e os seus filhos ficaram em um novo barraco bem pequeno que foi construído por eles antes de se refugiarem. No decorrer de todo o combate, várias comunidades e organizações se propuseram a ajudar os residentes da comunidade São

Manoel, entre eles estavam o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, a igreja católica, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Associação Cristã no Meio Rural – ACR e também associações que contribuíram com mantimentos como remédio, calçados, roupas e informações.

As famílias da comunidade São Manoel a partir do dia 06 de agosto de 1986 até o dia 27 de fevereiro de 1987, viveram um período de grande terror em busca da conquista pela terra, pois estiveram sob ameaças de jagunços e policiais que estavam defendendo os interesses do proprietário Adelino.

Nesta luta muitas pessoas perderam a vida. Pistoleiros do fazendeiro Adelino tiraram a vida de grandes pessoas como a de Antonio Fontenele, que residia na comunidade vizinha, Centro do Aguiar, e que se manifestou em ser solidário à comunidade São Manoel nesse processo. A comunidade também recebeu o apoio do padre Frei Adolfo. Durante o combate, o padre sempre esteve ligado à comunidade como base de fortalecimento, pronunciando suas palavras de fé, fazendo os moradores acreditarem que dias melhores estavam por vir para todos.

O ano de 1986 foi muito marcante porque era ano de eleição para o governo do Estado. Só então foi possível prever o fim deste processo de luta e briga, uma vez que o adversário atual do governo da época, conhecido como Pistácio Cafeteira Afonso Pereira, estava do lado do povo e prometia acabar com a repressão policial contra os trabalhadores rurais, o que deixou as pessoas com grandes expectativas em relação a suas promessas. Todos se alegraram e resolveram apoiá-lo em sua jornada política.

O candidato Cafeteira conseguiu se eleger e cumpriu com seus compromissos, visto que a partir das eleições os PMs saíram da comunidade, ficando apenas os jagunços, até o fim de fevereiro de 1987, período em que os homens voltaram do mato sem perigo para o povoado, começando assim a reconstruir suas vidas, utilizando seus métodos de sobrevivência, ou seja, os mesmos voltaram a cultivar a agricultura como antes, pois conseguiram conquistá-las novamente. Visando a necessidade de organizar a vida em coletivo, foi preciso estabelecer regras de sobrevivência, fundando a associação de trabalhadores rurais no dia 21 de janeiro de 1990.

Como afirma Faria (2009, p.20, apud. JESUS, NASCIMENTO, SANTOS e SOARES, 2016, p.12):

[...] o associativo permite, através dos meios legais, a constituição de formas livres das pessoas se organizarem para garantirem os seus objetivos comuns e benefícios mútuos, além de manterem a sua forma existencial. Assim, grupos de pessoas que tem em mente um objetivo a ser alcançado, e que de alguma forma não podem atingi-los sozinhos, procuram outras pessoas que tenham as mesmas necessidades e objetivos para juntos lograrem êxitos no que pretendem. Surge então uma forma de associação. (FARIA, 2009, p.20, apud. JESUS, NASCIMENTO, SANTOS e SOARES, 2016, p.12).

Assim, veio a necessidade da união de todos os moradores para formar uma associação, e também resolveram organizar-se em movimentos sociais, fundando inicialmente a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues em 1989, e a Associação em Áreas de assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, visando a melhoria dos integrantes, através das conquistas e planejamentos de forma a lidar com projetos para área de assentamento, como eletricidade, infraestrutura e etc.

Foi em 1991, mais precisamente no dia 18 de fevereiro, que a Associação conseguiu a mais esperada vitória, a carta de desapropriação, que foi entregue pelas mãos do Frei Adolfo. Este esteve vinculado à comunidade visando seu fortalecimento, pronunciando suas palavras de fé, e fazendo com que os moradores não perdessem a esperança por dias melhores. A carta afirmava que as terras estavam livres, conquistou-se oficialmente o decreto de desapropriação do fazendeiro Adelino Barbosa sobre as terras, proprietário na época.

Depois da tão sonhada conquista pela Terra, a comunidade começou a se organizar para viabilizar sua produção agroextrativista. Em 1991 fundaram a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ, na qual visavam proporcionar a criação de um comércio com preços mais justos e acessíveis às famílias, assim como agregar um valor à produção e comercializá-la. Todavia, a comunidade não disponibilizava de uma escola para erguer o conhecimento, necessária educação de qualidade para os moradores que ali habitavam, pois a escola construída não atendia mais suas necessidades.

4.2 A conquista da escolar Unidade Integrada José Nogueira na comunidade São Manoel

Com iniciativa da comunidade, de lideranças sindicais e da Igreja Católica, convidou-se o prefeito da época, Antonio Nazareno Macedo Pimentel, para uma reunião na comunidade onde se pediu a construção de uma escola, em contrapartida os moradores estavam dispostos a doar a Terra para a construção. Diante disso a escola foi construída em 1993, com o objetivo de atender a demanda do povoado, além de ter um prédio próprio para a realização das aulas.

O prédio construído tinha apenas uma sala de aula, devido ao número de alunos ser pequeno. Os professores que lecionavam só tinham concluído as séries iniciais do ensino fundamental, pois a conclusão das outras séries era dificultada pela sua falta de oferta na região. Era comum a distribuição dos cargos de professores por acordos políticos.

Com o passar dos anos o número de estudantes foi aumentando, fazendo com que o prefeito ampliasse a escola, e dessa forma o ensino foi melhorando, passou a ter mais professores com mais qualificação, aprimorando o aprendizado dos alunos, mas o ensino que estaria sendo ofertado eram apenas os anos iniciais do ensino fundamental. Mesmo depois de várias dificuldades enfrentadas e também integrações atribuídas, tanto na estrutura da escola como no progresso de ensino, foi somente em 2004 que houve a disponibilização das séries finais do ensino fundamental e também houve a Educação de Jovens e Adultos – EJA, a partir desse ano a escola passou a ser reconhecida como Unidade Integrada José Nogueira.

No ano de 2013 houve um debate em relação à quantidade de alunos, que era insuficiente para manter os anos finais do ensino fundamental. Esse debate ocorreu com a secretaria de educação, comunidade, e também com a EFA. A pauta com mais atenção foi relativa a quantidade de alunos, e a comunidade não aceitou que houvesse o fechamento desses anos, pois a escola era, e ainda é, uma conquista que os moradores da comunidade, e os mesmos não aceitavam ter que matricular seus filhos em outra comunidade.

Diante disso, continuaram com os anos finais do ensino fundamental, mesmo com o quantitativo pequeno de alunos. Em 2018 houve uma reunião novamente com o secretário de educação da época, com a direção da escola e com a comunidade, onde foi debatido novamente que a escola corria o risco de fechar os anos finais do ensino fundamental, mas a comunidade novamente contestou e propôs que a escola continuasse funcionando.

Mas no ano de 2020, a escola não tinha alunos que mantivessem os anos finais do ensino fundamental, o número de alunos era inferior a quatro, e essa quantidade não tornava o funcionamento possível. Neste mesmo ano ocorreu o fechamento dos anos finais do ensino fundamental. Os poucos alunos da comunidade foram matriculados na escola de uma comunidade vizinha e os pais que não matricularam seus filhos nessa, optaram por transferir para a Escola Família Agrícola que também fica localizada na comunidade próxima. No ano de 2021 a escola fez uma busca ativa na comunidade e conseguiram que funcionasse todas as séries dos anos finais do ensino fundamental.

Somente no ano de 2022 a escola conseguiu ter um número de matrículas cabível para funcionar o 6º e 7º ano na Unidade Integrada José Nogueira, mas não conseguiram manter o 8º e 9º ano uma vez que não tinham alunos o suficiente para formarem as turmas. O projeto que o atual diretor, juntamente da sua equipe, está planejando fazer, e provavelmente será implementado, é de que no ano de 2023, haja o 8º ano na escola.

A escola conta com quatro salas de aulas, dois banheiros (feminino e masculino), um pátio, uma cozinha e uma sala que era para professores, mas está sendo utilizada como sala de aula também, os professores ficam em um espaço que reservaram no pátio para tanto os professores, diretor, coordenação pedagógica e secretária. O quadro de funcionários ao todo que estão atualmente atuando na escola são de 26 pessoas incluindo professores, diretor, coordenador (a), merendeira, motorista, vigia e zeladora.

Atualmente a escola do município está passando por uma transformação na sua infraestrutura para aprimorar mais o seu espaço. Nesta transformação

consta o aumento de duas salas de aula, uma área para cultivo, a colocação de ar-condicionado, além da reformulação dos banheiros e das outras salas que já tinham na escola.

4.3 Os embates entre projetos de escolas e a busca pela transformação da escolar pública

Nesta parte será apresentado os dados das entrevistas realizadas com os pais dos alunos que estudam na EFA e com os pais dos alunos que optaram em permanecer com seus filhos matriculados na escola do município, mas em outra comunidade. Será apresentado também os dados das entrevistas realizados com os gestores da EFA e com o gestor da Unidade Integrada José Nogueira.

a) A gestão democrática e participativa: a figura do gestor escolar como fator de mudança

O atual gestor da Unidade Integrada José Nogueira assumiu esse cargo através de uma indicação da comunidade para a atual prefeita de Lago do Junco, o mesmo assumiu o cargo de diretor no começo do ano de 2021. Desde então, começou a trabalhar para melhorar o bem estar das crianças que estudam na escola e está procurando formas de sempre aprimorar as metodologias a serem passadas na escola com os estudantes.

Todavia, para que isso aconteça é preciso que alguém se coloque à frente nesta mudança. Foi isso que aconteceu na Unidade Integrada José Nogueira, o diretor enfrentou muitos desafios, mas conseguiu passar pelas barreiras que estavam à sua frente e está trabalhando com a transformação da gestão para obter mais participação da família dos alunos com o ambiente escolar e, conseqüentemente, da comunidade, na escola. Puderam perceber que houve mais engajamento dos familiares e mais desenvolvimento dos alunos dentro do ambiente escolar.

Uma dessas mudanças foi a iniciativa de visitar as famílias dos alunos que estudam na escola. Esse projeto teve início no período de pandemia, e para o diretor era um desafio fazer toda a equipe se deslocar para colocar em prática esse novo projeto que ele tinha para a escola. O senhor Raimundo pai de aluno (2022) afirma:

Que fazer as visitas nas casas das famílias, pra mim foi uma mudança boa, que a escola fez no meu entendimento. Por que o aprendizado já está sendo melhor, a gente já vê mudança no aprendizado dos alunos que estão se desenvolvendo com essas visitas que os professores fazem nas casas dos pais. Muito produtiva no meu entendimento, incentiva os pais a participarem junto com os alunos.

O diretor da escola propôs que os professores e toda a equipe escolar fizessem visitas às famílias dos alunos para que dessa forma pudessem ajudá-las e observar como andava o caminhar dos alunos nas atividades escolares. Todavia, essa iniciativa teve início no período de pandemia. Durante essas visitas foi notório que a escola e a comunidade ficaram mais próximas. Seu Raimundo (2022) acrescenta “(...) então eles estão trazendo para as famílias para mostrar o que está acontecendo, o que está gerando na escola”. Ou seja, os pais dos alunos consideraram importante a iniciativa do diretor de levar para as famílias as mudanças que acontecem na escola, tendo em vista que a escola como todo o mundo estava passando pelo período de pandemia. Tal desafio não foi fácil de implementar, pois alguns dos professores estavam acomodados com uma forma de trabalho, pois para alguns o trabalho se resumia somente naquele ambiente. Contudo, o diretor foi mais resistente e com conversas com toda a equipe conseguiu com que todos participassem dessa iniciativa.

Toda a equipe fazia as visitas às famílias mantendo sempre o cuidado, pois utilizavam sempre máscara e álcool em gel, para que tanto a equipe escolar como as famílias ficassem protegidos contra a covid-19. Como diz o senhor José diretor da Unidade Integrada José Nogueira (2022), “Então a gente se preparava com máscara, álcool gel e também mantendo o distanciamento, levava o nosso bloco de notas, e tanto a gestão como a coordenação pedagógica, equipe administrativa, a secretaria e os próprios professores faziam essas visitas às famílias”.

Com a nova gestão escolar, é possível observar que as famílias se aproximaram mais da escola, pois o diretor desenvolve ações que ultrapassam

a sala de aula. Dessa forma traz as famílias para participar junto com os profissionais e os alunos. Aspectos como esses mostram que a figura do diretor trouxe grandes mudanças para a escola Unidade Integrada José Nogueira, para a comunidade, para os alunos e para todos os professores que atuam na escola. Joana mãe de aluno nos diz:

Eu acho que o gestor hoje tem uma relação melhor com a comunidade, participa de todos os eventos promovidos na comunidade, isso termina que facilitando. Ele trazer as famílias, trazer a escola para comunidade, levar a comunidade para escola, ele tem esse jogo e ele sempre se preocupa assim com ambas as partes. Ele tem facilidade de visitar a família. Eu achei muito legal a metodologia que ele usou assim de início com a mudança da gestão. Eles foram visitar as famílias, aqueles alunos que estavam fora da escola, eles tentaram trazer, fizeram aquela visita ativa, busca ativa, achei muito legal isso. (Joana, 2022).

Mas as visitas não foram o único desafio que o diretor encontrou na escola Unidade Integrada José Nogueira. Ao assumir a direção da escola, o mesmo encontrou uma escola sem o Projeto Político-Pedagógico, algo que é de suma importância para a escola. Ao perceber que a escola não disponibiliza este projeto, propôs uma reunião com toda a equipe para conversarem o que eles iriam fazer. Diante disso, o diretor propôs que todos iriam trabalhar no PPP da escola, para que ao final de sua gestão na escola, a mesma já disponibilizasse esse documento. José atual diretor nos diz que:

Paramos para estudar e depois que a gente fez esse estudo de alguns autores como que era um projeto político pedagógico, que estrutura poderíamos pensar. A gente organizou para sentar no coletivo todos os profissionais que a gente tinha dentro da escola para conversar sobre o que a gente tinha lido e sobre o que a gente tinha vivido durante o ano, seja com os registros que a gente tinha das crianças, como as fotografias, os relatórios, tudo que a gente tinha conseguido. (José, 2022).

O atual diretor fez o PPP da escola com a participação de todos em geral, professores, equipe administrativa, secretaria, coordenação pedagógica, pais de alunos e também a comunidade na qual a escola está inserida. Foi um trabalho muito bem desenvolvido por todos, pois conseguiram finalizar a escrita do PPP. José atual diretor (2022) acrescenta:

Que o processo de construção do projeto político-pedagógico partiu, justamente de quando eu cheguei na escola e não encontrei o projeto político-pedagógico, por que o projeto político-pedagógico é um dos instrumentos principais que a gente precisa utilizar na formação dos alunos que vai servir de amparo não só curricular mas que vai também servir de inspiração. Um sonho que a gente precisa seguir e materializá-lo, e todo esse ano que a gente conseguiu organizar, mesmo com todos os desafios que a

gente já havia comentado e sentido no ano passado a gente conseguindo materializá-lo neste instrumento.

Mas esse não foi o único desafio que o mesmo encontrou, a escola estava a passar por um dos seus maiores desafios que era o fechamentos de algumas de suas séries. Alguns pais de alunos estavam a transferir seus filhos para outra escola, a Escola Família Agrícola Antonio Fontenele, vista pelos pais de alunos como uma escola com mais recursos de aprendizado. Raimunda, (2022), avó de aluno, esclarece o por que a mesma transferiu seu neto de escola:

Nessas mudanças que teve na comunidade, na escola, os filhos iam pra fora estudar, em outra comunidade, aí a gente optou por transferir para a EFA, por que a mesma já fica também na própria comunidade. A gente conversou com nosso neto, e ele disse que queria ir pra EFA porque lá era totalmente diferente, o ensino.

Todavia, alguns pais não estavam satisfeitos com a qualidade de ensino da escola Unidade Integrada José Nogueira, e isso foi outro fator que ocasionou em transferência de alunos. Como nos diz Luciana, (2022), os professores que exigem muito pouco dos alunos, às vezes os alunos deixam a desejar porque os professores não incentivam muito, porque não temos professores de qualidade e é isso.

Todos esses fatores eram grandes desafios para a atual gestão da escola Unidade Integrada José Nogueira. Pois os mesmos teriam que convencer os pais que estavam com novas metodologias e conseguir novos alunos ou os mesmo para assim reativar os anos finais do ensino fundamental.

Quando se trata de melhorar o desempenho dos alunos e de toda a comunidade escolar, os profissionais que atuam na educação participam e articulam projetos que vem transformar e mudar a qualidade de ensino e trazer benefícios para todos. Diante disso Caldart (2015, p. 03) enfatiza que:

Os conceitos que se organizam e se articulam constituindo visões de mundo e interpretações da realidade nos servem especialmente para compreender em que acreditamos (pessoas e coletivos), para que objetivos estamos dispostos a trabalhar e que realidade (*circunstâncias*) temos como objeto de trabalho. Abstrair da realidade imediata para entendê-la e imaginar como ela poderia ser diferente, algo que podemos aprender pela relação com a ciência

ou com a arte, é condição para participar de sua transformação, em qualquer esfera.

Ao nos referir sobre a transformação de uma escola, estamos tratando de uma mudança que vem trazer melhorias para toda a comunidade escolar, para assim trazer mais benefícios para todos. Diante disso é preciso que todos na comunidade escolar caminhem lado a lado, para assim poder obter melhores resultados para toda a escola. Caldart nos diz que (2015, p. 04):

Por isso não há padrão, regras fixas (ou receitas) a seguir no processo de transformação de cada escola. Mas há métodos a discutir e buscar construir entre escolas que assumem o mesmo desafio e se vinculam aos mesmos objetivos formativos mais amplos. Talvez este seja um dos principais desafios da formação dos educadores: *construir uma capacidade coletiva ou um método de análise da situação atual de cada escola* e parâmetros para avaliar a direção do movimento a ser desencadeado ou consolidado dentro e ou fora dela.

Por isso, quando se trata de uma gestão democrática e participativa, implica dizer que trata de uma gestão que trabalha com todos, que participam, interagem e ajudam a escola a buscar sempre uma inovação em suas metodologias para que os alunos e professores consigam aprender mais uns com os outros. Isso é uma gestão democrática, onde não há apenas tarefas de um só, seja aluno, professor, diretor, coordenador e pais, para obter um resultado satisfatório, mais sim de todos, pois somente se todos trabalharem juntos poderão ter mais eficiência no ensino e aprendizagem dos alunos.

- b) A relação família/comunidade e escola: potencialidades para a construção de uma “qualidade negociada”

Para que haja a mudança no âmbito escolar é necessário avaliarmos a relação que a escola tem com a sua comunidade e com cada família que tem seu filho ou não matriculado na mesma. Discutir propostas que venham auxiliar no processo de mudança e de construção desse espaço escolar para que haja mais harmonia e um trabalho mais coletivo de ambos.

O primeiro passo deste processo seria o Projeto-Político-Pedagógico, documento este que auxilia na formação dos alunos, que é necessário que a escola disponibilize do mesmo, e que todos (gestão administrativa,

coordenação, secretaria, professores, comunidade e pais de alunos) ajudem na sua construção, pois este instrumento serve como apoio para todos, além de ser indispensável para uma escola.

Todavia entendemos que esta discussão nos remete a uma qualidade negociada, mas o que seria essa qualidade negociada? Freitas (2005, p. 911) diz que “A “qualidade negociada” é proposta como alternativa de contra-regulação e apoio a processos de mudança complexos nas escolas. Por este conceito, a qualidade é produto de um processo de avaliação institucional construído coletivamente, tendo como referência o projeto político-pedagógico da escola”. A princípio podemos observar que este conceito que Freitas nos diz, ajuda a compreender o quão importante é o PPP de uma escola.

Freitas também ressalta que “é proposta como alternativa de contra-regulação”, mas o que seria contra-regulação na educação? Freitas (2005, p. 912), esclarece que contra-regulação é resistência propositiva que cria compromissos ancorados na comunidade mais avançada da escola (interna e externa), com vistas a que o serviço público se articule com seus usuários para, quando necessário, resistir à regulação (contra-regulação) e, quando possível, avançar tanto na sua organização como na prestação de serviços da melhor qualidade possível (justamente para os que têm mais necessidades), tendo como norte a convocação de todos para o processo de transformação social. Contra-regulação não é a mera obstrução ou um movimento de “fechar as fronteiras da escola” com relação às políticas centrais, penalizando o usuário do sistema público. Portanto, podemos concluir que a contra-regulação surgiu como um processo de resistência de uma escola, na qual conta com uma solicitação de serviços.

Entendemos que tanto a escola do município como a EFA buscam uma relação horizontal com as famílias e a comunidade. Esse é um princípio que nasce no projeto da Pedagogia da Alternância. Já a educação do campo, vem politizando as escolas no meio rural e tensionando para outro formato de escola.

A Pedagogia da Alternância atualmente é umas das referências neste processo de construção, pois a mesma atua levando em conta a relação da

família/comunidade e escola, possibilitando ao estudante um aprendizado mais qualificado, pois os ensinamentos passados na mesma condiz com a própria realidade do sujeito, tornando o ensino-aprendizagem mais enriquecedor para os alunos. Joana diretora da Escola Família Agrícola Antonio Fontenele - EFAF (2022) faz um elogio a este projeto:

“O projeto Escola Família Agrícola – EFA que admiro muito pela sua metodologia de ensino, pelas suas ferramentas utilizadas para envolver as famílias, as comunidades e para envolver a sociedade em geral, conta de certa forma com algumas ferramentas muito importante que considero, que são as visitas às famílias, o plano de estudo que é o plano de pesquisa que o aluno leva para família, que auxilia a EFA a conhecer a realidade do aluno”.

A pedagogia da alternância trouxe para os filhos dos trabalhadores rurais uma qualidade de ensino que leva em conta a sua realidade, além de trabalhar com metodologias de ensino que ultrapassa os limites da sala de aula, apresentando ao estudante e a toda as comunidades com a qual a EFA está envolvida ferramentas que ajuda o envolvimento de ambas as partes (alunos, professores, coordenação, comunidade em geral e também as famílias dos alunos). Joana (2022) continua:

Essa troca de informação que há partir do momento que o aluno leva o plano de estudo para casa/comunidade e as visitas que a gente faz a família do aluno, ajuda a gente conhecer esse aluno, auxilia e facilita nosso trabalho dentro da escola, por que o aluno apresenta vários tipos de comportamentos e às vezes a gente não quer nem entender, partindo da visita do conheceu o que aquele aluno está passando isso vai facilitar aqui dentro da escola, (...).

As palavras de Joana ao fazer esse elogio a Escola Família Agrícola, nos ajuda a compreender como é um pouco de sua realidade, como a mesma trabalha dentro da escola, tornando visível que este projeto de escola busca aproximar o campo do sujeito que reside no mesmo, mostrando que essa pedagogia ensina tanto a prática como a teoria para os alunos. Como nos diz Tereza, (2022), por que a EFA ela ensina a prática e a teoria, tipo trabalho e estudo.

Com isso fica notório compreender o por que alguns pais transferiram seus filhos de escolas. Segundo Joaquim, (2022), ele nos diz que a escola família é uma escola que preza pelo bom desempenho da educação dos alunos que estudam lá, trabalham de forma cautelosa, responsável e de boa qualidade. O senhor Raimundo, (2022), acrescenta:

Hoje no meu entender é uma das melhores escolas que tem no nosso município, pois quem estudou lá, a maioria tem melhores oportunidades de emprego, isso não significa que a escola do município é ruim, só pra mim ao meu ver a escola família agrícola hoje no município é em primeiro lugar.

Já a escola do município vem caminhando em um processo parecido com o da EFA que é de aproximação com as famílias, com a comunidade, com instituições e movimentos sociais, buscando dessa forma métodos que possam auxiliar nesse processo. Um desses métodos é a visitas às famílias dos alunos que estudam na escola municipal. Buscando através dessas visitas aproximação com a realidade do aluno e aproximando a escola da família dos estudantes. Este movimento que a escola municipal está fazendo, está trazendo bons resultados para todos no campo escolar como para a comunidade. Segundo Francisco, (2022), nesta está acontecendo mais reuniões com os pais, para informar o que vai acontecer na escola ou o que está acontecendo. E Francisco, (2022), ainda acrescenta:

O que eu acho que melhorou mais na escola foi o desenvolvimento dos alunos, só que eu não sei se também foi por causa da nova gestão não. Mas assim, eu acho que é mais por conta dos professores mesmos, que estão sempre se esforçando para estar ajudando seus alunos, então acho que a mudança foi mais por conta dos professores.

Portanto, alguns pais notaram já uma mudança nas metodologias utilizadas pelos professores em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que contribuiu muito para minha formação acadêmica, onde pude aprimorar mais meus conhecimentos através dos estudos que fiz durante esta pesquisa, na qual realizei muitas leituras que auxiliou no meu desenvolvimento e na minha escrita. A realização desta pesquisa é um sonho se concretizando, pois pude além do meu desenvolvimento intelectual, me aproximar mais da realidade da minha própria comunidade, pude ter mais contado com os moradores mais experientes, ouvir como foi o processo de luta pela terra e pela escola onde estudei desde os anos iniciais até os anos finais. Pois a primeira pesquisa feita pelos discentes da Ledoc não estava completa.

A realização de uma nova pesquisa para conhecer a história da minha comunidade foi fundamental para saber os motivos pelo qual a mesma é resistente e nunca desistente. O processo de pesquisa não foi fácil, passou por fases que em alguns momentos pensei em desistir, mas com o apoio daqueles que realmente torcem por mim, me ajudou a chegar até onde estou. Não foi fácil, pois iniciei sem saber o quer fazer, hoje sei que este trabalho foi o melhor que pôde aparecer na minha vida, me deu um sentido e força para não desistir. Ao ver que até hoje minha comunidade luta para poder novamente ter os anos finais do ensino fundamental na nossa comunidade é motivo de resistência que por mais que exista desafios, nunca devemos desistir do que queremos.

A pandemia foi um dos motivos que quase me fez desistir dessa pesquisa, +mas esse mesmo problema se tornou uma motivação para realizar o meu sonho e continuar com essa pesquisa.

A pesquisa com a escola Unidade integrada José Nogueira nos mostrou desafios para esta e também avanços significativos. Um dos desafios, pode ser a descontinuidade na gestão municipal que interferem na autonomia da escola e na continuidade de um trabalho transformador da escola. Se a atual gestão política não conseguir se reeleger nas próximas eleições, o diretor sairá deste cargo e provavelmente não haverá a continuidade deste trabalho nos próximos anos com outra gestão. Ocorrendo a descontinuidade na gestão municipal, que tem ações que poderá interferir na autonomia da escola e na continuidade de um trabalho transformador da escola.

Como possibilidades de mudança, vemos a presença de um diretor que pensa no melhor para a escola e para todos envolvidos, seja para a comunidade, para professores, alunos ou pais de alunos. O fato de ser um egresso de uma licenciatura em educação, ainda nos aponta que esses cursos tem acertado em uma formação comprometida com a mudança das escolas do campo.

A transformação do ambiente depende de como ele é organizado e das pessoas que estão em seu entorno. Para transformar uma escola não basta mudar os funcionários que trabalham na mesma, primeiro é necessário mudar a forma de organização do trabalho, pois acredito que buscar metodologias mais participativas e democráticas seja o primeiro passo para mudanças.

As Escolas Famílias Agrícola podem ser referências nesse processo o, pois elas contam com metodologias que ultrapassam as paredes de uma sala de aula, e essa ultrapassagem forma uma ponte de ligação entre a família, a escola, comunidade e todos que estão ligados de forma direta ou indireta à escola. Foi nesse processo estudado que a EFA da comunidade São Manoel tencionou a escola Unidade Integrada José Nogueira do município se rever.

A presença da EFA contribui para que a escola municipal busca-se apropriar os elementos da educação do campo na sua organização. Então, entendemos que a existência das EFA's contribuem para tensionar e influenciar a construção da escola pública do campo. Outro fato que auxilia nesse processo foi o ingresso de alunos da Licenciatura em Educação do Campo na Unidade Integrada José Nogueira. Os alunos formados ou em processo de formação contribuem com seus conhecimentos para uma mudança no território e nas metodologias a serem trabalhadas na escola.

A partir do momento que houve a mudança de gestão da escola, também ocorreu uma mudança na sua organização, pois a ocupação do cargo de diretor da escola Unidade Integrada José Nogueira, foi atribuída a alguém que tem sua graduação em Educação do Campo. O novo diretor que estaria assumindo essa nova gestão tem visões e forma de serviço completamente voltados a uma educação que trabalhe não somente o básico, mas também com referência numa organização coletiva, que leve em consideração a realidade do sujeito do campo e sua capacidade de ser ativo em seus processos educativos.

O diretor não é o único com formação em Educação do Campo na Unidade Integrada José Nogueira. Outros cargos como o de coordenador pedagógico e de professores foram ocupados por alunos com essa mesma formação. Dessa forma

possibilitou ao diretor ter dentro da escola ajuda e força para vencer os desafios encontrados nessa instituição.

Diante disso, alguns desses egressos da Ledoc na escola do município vem tensionando para uma transformação no seu espaço, transformações essas que estão motivando tanto a comunidade como os próprios professores, diretor e coordenação pedagógica a trabalharem para poderem reativar os anos finais do ensino fundamental.

Mas isso tudo só foi possível graças à mudança na gestão da prefeitura de Lago do Junco, pois auxiliou no processo de transformação da escola Unidade Integrada José Nogueira, de maneira que as forças políticas do município favorecessem as condições nesse processo. A gestão política que está atuando no município atualmente é do PT, onde conta como prefeita Edina Fontes. A forma como ela confiou o cargo de diretora da escola Unidade Integrada José Nogueira não se deu por conta de acordos políticos, mas sim porque a mesma se reuniu junto à comunidade São Manoel e elegeram de forma democrática uma pessoa que é atualmente o diretor para assumir a gestão dessa escola.

Porém, apesar de termos na gestão do município alguém que zela e dá forças, fornecendo condições para a continuidade desse processo de mudança, é notório ainda observar os inúmeros desafios para a sua continuidade. O primeiro desses desafios foi a chegada dos egressos da Educação do campo como diretor da escola, o de coordenar um grupo de funcionários que estavam acomodados a se limitar somente no espaço de sala de aula. Depois veio outros desafios, como a pandemia, pois o atual diretor assumiu a gestão em um momento em que o mundo passava por um momento muito difícil, e ele teve que criar estratégias que ajudassem nesse momento. A iniciativa de fazer visitas às famílias dos alunos, método abordado pela algumas EFA 's, foi bem vista pela comunidade, pois aconteciam de modo cuidadoso e com as devidas prevenções contra a COVID-19.

Outro desafio foi que a escola não tinha o Projeto-Político-Pedagógico, e o diretor junto com a equipe de professores, coordenação pedagógica, secretaria, comunidade e pais de alunos elaboraram esse instrumento que é indispensável para a comunidade escolar. Também, outro obstáculo é o transporte escolar que possa oferecer segurança para os alunos, pois o atual carro é pequeno.

Posto isso concluímos, que a escola atualmente se tornou mais envolvida com as famílias e com a própria comunidade, além de ter apoio de organizações populares

do campo, e fazerem projetos que efetivam mais engajamento e compartilhamento de saberes entre a escola, comunidade, alunos e professores. Alguns desses projetos são o de Leitura e Escrita, que a escola oferece aos seus estudantes, e o projeto Amiguinhos da CEMA, que é em parceria com a escola promovendo mais envolvimento de estudantes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio José de. *Sobre a pedagogia da alternância*. Ano III, Número 06, julho de 2005.

BEGNAMI, João Batista, 1963 – *Formação por alternância na licenciatura em educação do campo [manuscrito]: possibilidades e limites do diálogo com a pedagogia da alternância*. Belo Horizonte, 2019.

CASTRO, Vanessa Mariano de.; et al. *Gestão democrática, neoliberalismo e educação no contexto do capitalismo global*. v. 2, n. 4, p. 1-13, abr./jun. 2021.

CALDART, R. S., STEDILE, M. E. e Daros, D. *Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CALDART, Roseli Salete. *Dicionário da Educação do Campo*. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo, 2012.

CHIRINÉA, A. M.; BARREIRO, I. M. de F. Qualidade da educação: eficiência, eficácia e produtividade escolar. Revista on-line de *Política e Gestão Educacional*, Araraquara, n. 7, p. 19–32, 2009.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9254> . Acessado no dia 06 de maio de 2022

CORDEIRO, Georgina N. K.; et al. *Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo*. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampo/imagens/PEDAGOGIA-DA-ALTERN%C3%A2NCIA-E-SEUS-DESAFIOS.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2022

ESTÊVÃO, Carlos Vilar. *A qualidade da educação: suas implicações na política e na gestão pedagógica*. RBP AE - v. 29, n. 1, p. 15-26, jan/abr. 2013. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/42818>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FORTES, Cleonice Soares. Et al. *Por uma efetiva inclusão na escola do campo*. VI seminário nacional de formação de professores. Cartografias da educação rural: perspectivas sobre a formação de professores. Data 30 nov. 01 e 02 de dez. 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 965-987, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300016>. Acesso em: 16 de janeiro 2023

FREITAS, Luiz Carlos De. Avaliação e contra-regulação na escola pública. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 911-933, Especial - Out. 2005 <https://www.scielo.br/j/es/a/dRvdK8ZQCfHc5D7Fwj6hGDK/?format=pdf&lang=pt>
Acessado dia 05 out. 2022

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2018.

Jesus, Elenice Souza de.; Et at. A LUTA PELA APROPRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO: A comunidade São Manoel em busca de desenvolvimento e igualdade social. Bacabal, 2016.

LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPJSV, 320 p., tab., graf. 2006.

MÉSZÁROS, István, 1930 – A educação para além do capital. 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

Projeto Político Pedagógico (PPP): Escola Família Agrícola Antonio Fontenele – EFAP. Lago do Junco – MA, 2007.

NOSELLA, Paolo. Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

PERIPOLLI, Odimar João; ZOIA, Alceu. O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas. *ECS*, Sinop/MT, v.1, n.2, p.188-202, jul./dez. 2011.

Disponível em: <https://doi.org/10.30681/ecs.v1i2.435>. Acessado em: 16 de jan. 2023

SANTOS, Ivete Ramos Silva. *O processo de luta pela conquista da terra em São Manoel*. São Manoel, 25 de março. Entrevista concedida a Regina Maria Costa dos Santos.

Síntese elaborada pelas alunas Diana Cristina de Abreu, Edna Cristina Bueno Bighi Gazim, Eloína Alves dos Santos Suss, Luciana Szenczuk, Marcia Maria da Silva e Rúbia Helena Napolini Coelho na disciplina Produção Social do Saber e Organização Escolar: Questões conceituais e metodológicas, ministrada pela professora Maria Madselva F. Feiges, Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação da UFPR, Curitiba, 2003.

Tendências Pedagógicas Brasileiras - Educador Brasil Escola. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/tendencias-pedagogicas-brasileiras.htm> Acessado: 03 de maio de 2022

Neoliberalismo: características, contexto, teóricos. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-1.ht> Acessado em: 05 de maio de 2022 dia.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

1. O que você pensa a respeito escola do município?
2. Como você avalia as metodologias de ensino da escola do município?
3. Como você avalia a mudança de gestão na escola do município? O que você acha que mudou tanto na escola como na forma de ensino depois dessa mudança?
4. O que você pensa sobre a EFA?
5. Você acha que a EFA tem mais conectividade com a realidade do seu filho do que a escola do município? Por que?
6. Por que você optou em colocar seu filho para concluir os anos finais do ensino fundamental da EFA?
7. Você acredita que se todos os pais de alunos tivessem mantido seus filhos na escola do município, haveria o fechamento dos anos finais do ensino fundamental?
8. Quando seu filho estava na escola do município, você participava das reuniões na escola? Você já opinou sobre o como deveria ser o funcionamento pedagógico da escola? O que você sugeriria para melhorar a escola municipal?
9. Por que você optou em manter seu filho na escola do município?

QUESTÕES PARA A GESTÃO: (GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL)

1. Quando você assumiu a gestão da escola? Quais foram os principais desafios encontrados?
2. Como é a participação da comunidade na escola?

3. A comunidade tem a oportunidade de discutir junto com a escola o seu projeto político pedagógico? Se sim, como isso é feito. Se não, por que?
4. A escola trabalha na perspectiva da educação do campo? Se sim, como? Se não, por que não?
5. Como você observa o movimento de muitas famílias transferirem seus filhos da escola municipal para a EFA?

QUESTÕES PARA A GESTÃO (EFA)

6. Quando você assumiu a gestão da escola? Quais foram os principais desafios encontrados?
7. O que você considera ser a especificidade do trabalho pedagógico na EFA?
8. O que você considera ser o principal elemento que atrai as famílias matricularem seus filhos na EFA?
9. Existe alguma “disputa” entre a EFA e a escola do município?
10. A EFA é uma instituição filantrópica. Todavia, não é uma escola disponível e acessível a todos os sujeitos do campo tal como a escola pública do campo. Considerando esse fator, de que forma o movimento da EFA vem contribuindo para a defesa da escola do campo? Você acredita que existe uma luta nesse sentido?

